

## COMISSÃO DE CULTURA

REQUERIMENTO Nº           , de 2015.

(do Sr. Jean Wyllys)

*Requer a realização de Audiência Pública desta Comissão de Cultura para debater as manifestações culturais no Vale do Ribeira e ameaças ao modo de vida de comunidades tradicionais.*

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de reunião de audiência pública para que esta Comissão possa debater as manifestações culturais no Vale do Ribeira e ameaças ao modo de vida de comunidades tradicionais, com a presença dos seguintes convidados:

- a) Representante de comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira;
- b) Representante de comunidades indígenas do Vale do Ribeira;
- c) Fundação Palmares;
- d) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- e) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

## JUSTIFICATIVA

A preservação ambiental e a manutenção de expressões culturais são visceralmente interligadas. Elas se tornam mais importantes no contexto do Vale do Ribeira, sobretudo ao longo do rio Ribeira do Iguape. Essa região é o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica (bioma que já perdeu 93% de sua cobertura vegetal), onde vivem comunidades tradicionais em situação de grande vulnerabilidade social, cercadas por grandes cidades, incluindo a maior metrópole brasileira.

Os quilombolas do Vale do Ribeira, divididos em mais de 15 comunidades, são descendentes de negros libertos ou fugidos da mão-de-obra escrava na atividade mineradora que ocorreu na região no século XVII e, posteriormente, da rizicultura, no século XIX. A mineração decaiu quando o ouro passou a ser explorado em Minas Gerais. A mão-de-obra escrava foi deixada no Vale e foi novamente utilizada no século XIX com a introdução da monocultura do arroz em várzeas inundáveis, embora em menor número que o período anterior.

Com o assoreamento do porto de Iguape, a produção de arroz foi reduzida, as fazendas abandonadas e os negros permaneceram na região, se agrupando em quilombos, assim como os primeiros escravos usados na mineração. Permaneceu, contudo, a cultura do arroz na região, apoiada por organizações da sociedade civil e governos locais – prática de grande valor cultural que foi plenamente retomada, com seus bailes e celebrações, somente neste ano de 2015, após décadas de trabalho de resgate das raízes quilombolas.

Cerca de 80 comunidades caiçaras, formadas por 2.456 famílias, vivem ao longo dos 140 km de extensão do Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá. Seu modo de vida caracteriza-se principalmente pela relação de interação com a natureza, seus ciclos e recursos renováveis. A atividade pesqueira de subsistência, sua principal atividade econômica, é realizada de modo artesanal e com baixo impacto ambiental. Tal como a economia, as atividades culturais e sociais são pautadas na organização em torno da unidade familiar, domiciliar ou comunal.

No município de Cananéia cerca de 30 comunidades caiçaras se dedicam prioritariamente à produção camaroeira por meio de pesca em canal e mar aberto. Já em Iguape é realizada a pesca de canal voltada para a produção pesqueira de manjuba e crustáceos. Cerca de 20 comunidades caiçaras praticam essa atividade. As sete comunidades que vivem na Ilha Comprida realizam a pesca de praia em determinadas épocas do ano, enquanto a população caiçara de Guaraqueçaba, estimada em 8.400 pessoas, trabalha principalmente na pesca de canal com produção de tainha e caranguejo.

Já a população indígena do Vale do Ribeira está organizada em dez aldeias Guarani formadas por famílias pertencentes aos subgrupos Mbyá e Ñandeva. A Fundação Nacional do Índio (Funai) estima que a população indígena na região tenha mais de 400 indivíduos. Os Guarani Mbyá vivem próximos ou mesmo dentro de Unidades de Conservação e nelas se relacionam com os recursos naturais de modo tradicional, pois seu padrão de economia está baseado na agricultura de subsistência. A caça e a pesca são

atividades sazonais e sua relação com o espaço e a natureza também é pautada por preceitos religiosos e éticos.

A presença do povo Guarani no Vale do Ribeira é marcada por intensa mobilidade de sua população, devida, em parte, à falta de regularização fundiária de seus territórios tradicionais, que muitas vezes são sobrepostos a áreas de UCs. Essa instabilidade ocorreu, por exemplo, com as comunidades das aldeias Cerco Grande e Morro das Pacas, cujas populações tiveram de sair de seus antigos territórios porque se localizavam onde está o Parque Nacional de Superagui. Também foi o caso da comunidade de Pacurity, que se moveu da antiga aldeia de Cananéia, porque suas terras foram englobadas pelo Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

Sabe-se da existência de forte pressão econômica para a implantação de obras de infraestrutura na região, particularmente uma Usina Hidrelétrica – a UHE Tijuco Alto. Trata-se de um empreendimento planejado pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), uma das empresas do Grupo Votorantim, para aumentar a oferta de energia elétrica para seu complexo metalúrgico localizado na cidade de Alumínio, antiga Mairinque, no interior de São Paulo.

A localização da UHE Tijuco Alto está prevista para o alto curso do rio Ribeira de Iguape, na divisa dos Estados de São Paulo e Paraná, cerca de 10 quilômetros a montante da cidade de Ribeira (SP) e Adrianópolis (PR), e a aproximadamente 333 km de sua foz, no complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá.

Num processo que se arrasta desde 1988, a CBA não conseguiu até hoje construir um projeto que merecesse licença ambiental prévia para a usina. Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), o processo está com a análise técnica encerrada, mas a emissão da licença prévia depende de manifestação positiva da Fundação Cultural Palmares. Em 2012, a instituição deu parecer favorável ao empreendimento, de 144 MW. Mas, no mesmo ano, voltou atrás sob a alegação de que novas consultas deveriam ser feitas com as comunidades quilombolas na área de influência da usina.

Ante todo o exposto, peço aos nobres pares o apoio para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 2015.

Deputado JEAN WYLLYS